



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA - <https://www.tre-ma.jus.br>

PROCESSO : 0001064-76.2022.6.27.8000

INTERESSADO : COMISSÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS DE TIC - COGECON
DFTI - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.

ASSUNTO : REAJUSTE CONTRATUAL E RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Parecer nº 2020 / 2025 - TRE-MA/PRES/DG/ASJUR

Sr. Diretor-Geral,

Trata-se de pedido de reajuste e reconhecimento de dívida referente ao **Contrato nº 14/2022** (doc. nº 1609442), firmado com a empresa **DFTI - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA**, cujo objeto consiste na contratação da Solução de Segurança para Servidores (Linux e Windows), com XDR e Sandbox, com manutenção, garantia (update e upgrade) por 60 meses, com pagamento de subscrições a cada 12 meses.

Compulsando os autos, depreende-se que o Primeiro Termo Aditivo ao contrato (doc. nº 2091998), formalizou a concessão de reajustes, ancorados na variação do IPCA/IBGE, para os interregnos de dezembro/2021 a novembro/2022 e de dezembro/2022 a novembro/2023.

Entretanto, as informações veiculadas pela Gestão Contratual (doc. nº 2561105) e pela Supervisão de Controle Interno e Apoio à Gestão - SUCIG (doc. nº 2567240) revelam que a administração procedeu ao pagamento do valor reajustado tão somente em relação ao segundo período, restando o débito referente à diferença do reajuste concernente ao primeiro período.

Dessa forma, resta pendente a análise acerca da concessão do reajuste atual referente ao período de dezembro/2023 a novembro/2024, bem como do reconhecimento formal da dívida correspondente ao reajuste do período de dezembro/2021 a novembro/2022, dada sua natureza de despesa de exercícios anteriores.

O setor demandante informou os seguintes valores a serem utilizados como referência para o reajuste atual, baseando-se no índice de reajuste IPCA/IBGE acumulado no período de **dezembro/2023 a novembro/2024, com efeitos financeiros a partir de dezembro/2024** (doc. nº 2510581):

Valor Unitário do Reajuste = Valor Atualizado - Valor Contratado

Valor Unitário do Reajuste = R\$ 53,47 - R\$ 50,99 = R\$ 2,48

Valor do Reajuste = 250 x R\$ 2,48 = R\$ 620,00

Valor do 1º TAC = 12.747,50

Valor para o 2º TAC = 13.367,50

Exercício 2024	Valor
Dezembro 2024	1.113,96

Exercício 2025	Valor
Janeiro a Novembro 2025	12.253,54

Acerca da disponibilidade de recursos para o reajuste atual, a SEPEO - Seção de Programação e Execução Orçamentária informou que o saldo atualmente disponível será suficiente para custear a despesa,

conforme pré-empenho nº 198/2025 (doc. nº 2523546), orientando o seu enquadramento na seguinte dotação: "Ação Orçamentária: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral; UGR: 070389 - SESEC; Natureza da Despesa: 33.90.40 - Serviços de TI; Plano Interno: SIN LOCSOF" (doc. nº 2523547).

Informou, ainda, que existe disponibilidade de recursos para atendimento da despesa de exercícios anteriores, conforme pré-empenho n.º 277/2025 (doc. nº 2573366), devendo ser enquadrada na seguinte dotação: "Ação Orçamentária: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral; UGR: 070389 - SESEC; Natureza da Despesa: 33.90.92 - Exercícios Anteriores; Plano Interno: SIN LOCSOF" (doc. n.º 2573368).

Feitas estas considerações preliminares, passa-se à análise dos aspectos jurídicos relativos ao reajuste e ao reconhecimento da dívida, levando em conta a premissa de que os de natureza técnica e orçamentária encontram-se superados com as manifestações dos setores responsáveis e servidores signatários.

DO REAJUSTE

Em relação ao pedido de reajuste, cumpre destacar que o equilíbrio econômico e financeiro do contrato é um direito subjetivo das partes, garantia expressa no texto constitucional.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

Nesse sentido, determinou a Lei nº 8.666/93:

[...]

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[...]

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

[...]

Sobre o reajuste, a Instrução Normativa nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, conceituou:

[...]

Art. 61. O reajuste em sentido estrito, como espécie de reajuste contratual, consiste na aplicação de índice de correção monetária previsto no contrato, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

[...]

A Lei nº 10.192/2001, por sua vez, estabeleceu:

[...]

Art. 2º É admitida estipulação de correção monetária ou de reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.

Art. 3º Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão reajustados ou
Parecer 2020 (2573762) SEI 0001064-76.2022.6.27.8000 / pg. 2

corrigidos monetariamente de acordo com as disposições desta Lei, e, no que com ela não conflitam, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º A periodicidade anual nos contratos de que trata o caput deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

[...]

O Contrato nº 14/2022 (doc. nº 1609442), especificamente na Cláusula Quinta, item 2, tratou da matéria:

*2. Os preços a serem pagos à CONTRATADA pelas licenças serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses iniciais. Após esse período, **o reajuste será feito de ofício, podendo ocorrer negociação entre as partes**, momento no qual, será apreciada a possibilidade da aplicação do **índice IPCA-IBGE**, no período entre o mês básico da apresentação da proposta e o mês anterior ao reajuste, compreendendo sempre o período de 12 meses, de acordo com a seguinte fórmula: $PR = IMR \times PA/IMM$ Onde:*

PR = Preço reajustado

IMR = Índice do IPCA-IBGE do mês anterior ao reajuste

IMM = Índice do IPCA-IBGE do mês de apresentação da proposta

PA = Preço anteriormente praticado

De sua vez, previu o Edital nº 84/2021 - TSE regulador do certame (doc. nº 1553628):

[...]

CAPÍTULO XV- DO REAJUSTE

[...]

*1. Os preços a serem pagos à CONTRATADA pelas licenças descritas nos itens 1, 2 e 3 do lote desta licitação, serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses. Após esse período, **o reajuste será feito de ofício, podendo ocorrer negociação entre as partes**, momento no qual, será apreciada a possibilidade da aplicação do **índice ICTI (IPEA)**, no período entre o mês básico da apresentação da proposta e o mês anterior ao reajuste, compreendendo sempre o período de 12 meses [...]* (grifos nossos)

Conforme se observa, a possibilidade de reajuste encontra respaldo legal e contratual, devendo-se levar em consideração o índice de correção monetária estipulado.

Em que pese a divergência de índices de atualização monetária previstos no Contrato n.º 14/2022, que sugere o IPCA/IBGE, e aquele previsto no Edital nº 84/2021 - TSE, que aponta o ICTI/IPEA, ambos os documentos admitem a possibilidade de negociação entre as partes.

Assim, considerando que tanto no primeiro quanto no segundo reajuste consentiu-se a utilização do IPCA/IBGE, e à luz da cláusula de negociação, presume-se o consenso das partes quanto à adoção deste índice para o reajuste atual, reforçado pela sua aplicação na ocasião da assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 14/2022 (doc. n.º 2091998).

No presente caso, o percentual do terceiro reajuste proposto abrange o período acumulado de dezembro/2023 a novembro/2024, tendo sido acostada aos autos a respectiva memória de cálculo pela gestão contratual (doc. n.º 2510581).

Verifica-se que existe disponibilidade orçamentária para o atendimento da despesa, conforme informações prestadas pela SEPEO, nos termos do doc. n.º 2558797.

Dessa forma, o pedido de reajuste referente ao período acumulado de dezembro/2023 a novembro/2024 atende aos requisitos legais e contratuais, não havendo óbice, portanto, para o acolhimento do pleito requerido.

DO RECONHECIMENTO DA DÍVIDA

Quanto ao reconhecimento de dívida pela Administração Pública, cumpre destacar que referido procedimento encontra amparo legal no art. 37 da Lei nº 4.320/64, que dispõe sobre as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e foi regulamentado pelo Decreto nº 62.115/1968, vejamos:

LEI N.º 4.320/1994

Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica. ([Regulamento](#))

Art. 1º. Poderão ser pagas por dotação para "despesas de exercícios anteriores", constantes dos quadros discriminativos de despesas das unidades orçamentárias, as dívidas de exercícios encerrados devidamente reconhecidas pela autoridade competente.

DECRETO N.º 62.115/1968

Art. 1º. Poderão ser pagas por dotação para "despesas de exercícios anteriores", constantes dos quadros discriminativos de despesas das unidades orçamentárias, as dívidas de exercícios encerrados devidamente reconhecidas pela autoridade competente

Parágrafo único. As dívidas de que trata este artigo compreendem as seguintes categorias:

I - despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las que não se tenham processado na época própria.

II - despesas de "Restos a Pagar" com prescrição interrompida, desde que o crédito respectivo tenha sido convertido em renda;

III - compromissos reconhecidos pela autoridade competente, ainda que não tenha sido prevista a dotação orçamentária própria ou não tenha esta deixado saldo no exercício respectivo, mas que pudessem ser atendidos em face da legislação vigente.

De sua vez, o Decreto nº 93.872/86, em seu art. 22, regulamenta o processo de reconhecimento de dívidas, estabelecendo a necessidade de comprovação da efetiva prestação do serviço ou entrega do bem e a existência de dotação orçamentária para o pagamento:

Art. 22. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida, e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação destinada a atender despesas de exercícios anteriores, respeitada a categoria econômica própria ([Lei nº 4.320/64, art. 37](#)).

§ 1º O reconhecimento da obrigação de pagamento, de que trata este artigo, cabe à autoridade competente para empenhar a despesa.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, considera-se:

a) despesas que não se tenham processado na época própria, aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação;

b) restos a pagar com prescrição interrompida, a despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor;

c) compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

Percebe-se, no presente caso, que o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 14/2022 (doc. [2091998](#)), versou sobre o reajuste referente ao período de **dezembro/2021 a novembro/2022**, com repercussões financeiras a partir de dezembro de 2022. No entanto, a Gestão Contratual atestou que os valores não foram pagos à empresa, o que configura uma despesa de exercício anterior, amparada nos dispositivos legais supracitados.

A dívida encontra-se devidamente documentada e quantificada, perfazendo o montante de **R\$ 677,50 (seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos)**, e conforme informação prestada pela SEPEO há disponibilidade orçamentária para o atendimento da presente despesa (doc. n.º 2573368).

É imperativo registrar que a prescrição de direitos, inclusive de créditos, contra a Fazenda Pública só ocorre decorridos 05 (cinco) anos da data do(s) fato(s) que os originaram, conforme estabelece o art. 1º do Decreto nº 20.910/32.

Assim sendo, o reconhecimento da dívida em favor da contratada encontra-se plenamente justificado, observando-se os preceitos legais pertinentes à pretensão formulada.

Em face do exposto, considerando o atendimento dos requisitos legais e contratuais, e em consonância com o entendimento firmado pela SUCIG - Supervisão de Controle Interno e Apoio à Gestão (doc. n.º 2567240), esta Assessoria Jurídica manifesta-se favoravelmente à **concessão do reajuste**

correspondente à variação do IPCA/IBGE de dezembro/2023 a novembro/2024, no valor unitário anual de R\$ 53,47 (cinquenta e três reais e quarenta e sete centavos), e total anual de 13.367,50 (treze mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), com efeitos financeiros a partir de dezembro/2024, com fulcro no art. 37, XXI, da Constituição Federal; Cláusula Quinta, item 2, do Contrato nº 14/2022; art. 40, XI, da Lei nº 8.666/93; art. 61 da Instrução Normativa nº 05/2017 - MPOG; Cláusula XV do Edital nº 84/2021 - TSE e os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192/2001.

Manifesta-se, ainda, pelo **reconhecimento da dívida, no valor de R\$ 677,50 (seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos)**, visando o pagamento do reajuste referente ao período de **dezembro/2021 a novembro/2022**, com fulcro no art. 37 da Lei nº 4.320/64, art. 1º do Decreto n.º 62.115/1968 e art. 22 do Decreto nº 93.872/86, bem como pela **autorização da emissão da nota de empenho** e adoção das **providências para o respectivo trâmite de pagamento**.

O presente Parecer substitui o **Parecer nº 1652 / 2025 - TRE-MA/PRES/DG/ASJUR (doc. n.º 2537143)**.

Salvo melhor juízo, esse é o nosso entendimento em relação às questões trazidas à nossa apreciação.

São Luís/MA, datado e assinado eletronicamente.

Islene Gabriel de Sousa
Técnica Judiciária

De acordo.
À Diretoria - Geral.

EDUARDO FLEMMING GUIMARÃES
Assessor Jurídico Chefe



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO FLEMMING GUIMARÃES, Assessor(a)**, em 25/09/2025, às 16:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ISLENE GABRIEL DE SOUSA, Técnico Judiciário**, em 25/09/2025, às 16:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2573762** e o código CRC **37DA63D1**.

0001064-76.2022.6.27.8000 2573762v17

